

Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia¹

Theory of elites and the elites of power: considerations about the relevance of classical theorists and Wright Mills to studies of political culture and democracy

Éder Rodrigo Gimenes²

Resumo: Este artigo discute a relevância dos conceitos expostos pelos teóricos clássicos do elitismo (Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels) acerca de elites e da relação entre governantes e governados. Considerando também a contribuição de Robert Dahl à discussão sobre as crenças de ativistas políticos, este ensaio teórico tem por objetivo a discussão acerca do conceito de “elite do poder” de Wright Mills frente às definições de elites apresentadas pelos citados teóricos, bem como acerca do método posicional adotado em sua obra “A elite do poder” para estabelecer tal conceito. As considerações finais desta discussão expõem alguns apontamentos acerca da relevância do elitismo aos estudos contemporâneos sobre cultura política e democracia.

Palavras-chave: Cultura política. Elitismo. Democracia.

¹ Uma versão preliminar desta discussão foi apresentada no evento “I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia”, promovido pelo Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (NPMS/UFSC). Agradeço os comentários de Ednaldo Aparecido Ribeiro e Carla Cecília Rodrigues Almeida, docentes da Universidade Estadual de Maringá (UEM), às versões preliminares deste texto.

² Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador dos grupos de pesquisa “Cultura Política, Comportamento e Democracia” (CNPq/UEM) e “Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais” (CNPq/UFSC) e do “Núcleo de Pesquisas em Participação Política” (UEM). Tem experiência na organização e análise de dados quantitativos e desenvolve pesquisas relacionadas à Cultura Política, atuando principalmente nos seguintes temas: atitudes e valores políticos, comportamento político, participação política e partidarismo. Contato: ergimenes@uem.br

Abstract: This article discusses the relevance of the concepts exposed by the classical theorists of elitism (Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto and Robert Michels) about elites and the relationship between rulers and ruled. Considering also the contribution of Robert Dahl to the discussion about the beliefs of political activists, this theoretical essay is a discussion about the concept of "power elite" Wright Mills ahead of the definitions presented by elite theorists cited, as well as about positional method adopted in his book "The power elite" to establish such a concept. The final consideration of this discussion exposes some notes about the relevance of elitism to contemporary studies on political culture and democracy.

Keywords: Political culture. Elitism. Democracy.

1. Considerações iniciais

A preocupação com os determinantes culturais dos fenômenos políticos não é recente. Platão, Aristóteles, Maquiavel e Tocqueville, por exemplo, empregaram em suas obras noções e conceitos relacionados a uma abordagem culturalista acerca dos assuntos políticos. Apesar desses antecedentes, o marco de institucionalização das pesquisas sobre o assunto foi o pioneiro estudo *The Civic Culture* (Almond; Verba, 1989), que investigou a congruência entre variáveis subjetivas e o sistema político de cinco países (Alemanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália e México), obra continua sendo referência quando tratamos da chamada teoria da cultura política.

A partir de múltiplas influências que vão da psicologia social à psico-antropologia, esses pesquisadores definiram o conceito central de sua pesquisa como “[...] *political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system*” (Almond; Verba, 1989, p.12), entendendo a cultura política de uma determinada sociedade como a particular configuração dos padrões de orientações em relação aos objetos políticos partilhada por seus membros. Esse padrão supostamente poderia explicar em alguma medida as motivações que estão por trás das ações dos atores sociais no campo da política.

Essas orientações compreenderiam níveis diferenciados de racionalidade e consciência, podendo ser divididas em três tipos básicos: cognitivas, afetivas e

avaliativas. As orientações cognitivas envolveriam os conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre os diferentes objetos políticos. As afetivas, por sua vez se referem aos sentimentos de ligação e envolvimento dos mesmos em relação a esses alvos. Por fim, as avaliativas envolvem os julgamentos e opiniões, que podem ser entendidos como resultado da combinação dos conhecimentos e sentimentos partilhados pelos atores sociais em relação às partes que compõem o sistema político.

Ao nos referirmos aos objetos a que se dirigem tais orientações é preciso destacar que se incluem nessa categoria o sistema político entendido como um todo, suas estruturas de encaminhamento e satisfação de demandas, mas também a visão que cada um dos indivíduos possui sobre a sua própria atuação como ator político relevante ou não. Na obra de Almond e Verba essa espécie de auto-avaliação recebe a denominação de eficácia política subjetiva.

Tratando especificamente do regime em termos gerais, os autores defendem que o sucesso de um sistema político qualquer depende em grande medida da existência de um grau significativo de congruência entre as instituições concretas e os valores, crenças e atitudes políticas partilhados pelos cidadãos. Dessa forma, no plano subjetivo é fundamental que ocorra a adesão dos indivíduos no plano normativo ao sistema político vigente. No caso das democracias essa afirmação se torna ainda mais relevante, pois essa forma de governo pressupõe a existência de uma larga margem de legitimidade para funcionar adequadamente.

A despeito de todas as críticas³ endereçadas ao estudo pioneiro conduzido

³ Destacamos inicialmente aquela relacionada a adesão normativa ao paradigma minimalista schumpeteriano por conta de sua “análise essencialmente ideológica que claramente celebra o *status quo* existente nas sociedades de capitalismo desenvolvido”, limitação que pôde ser superada apenas quando os estudos de cultura política passaram a se orientar no sentido de buscar a interpretação das culturas de cada nação, considerando suas particularidades, buscando entender sua origem e as relações com a estrutura política, em detrimento de uma pretensa classificação das culturas políticas nacionais a partir de tipologias arbitrárias (Ribeiro; Bolognesi, 2008, p. 87). Outra crítica relacionada à obra diz respeito a proposição de uma análise comparativa entre as nações estudadas em que os autores tomaram por referência o modelo de democracia liberal que apontou os sistemas políticos norte-americano e britânico como ideais, ao passo que diferentes experiências evidenciaram que a democracia pode conviver com situações em que há baixo nível de participação, atitudes de protesto e até mesmo distanciamento das autoridades, conforme medidas de democratismo apontadas por Easton (1975), por exemplo. Entretanto, a crítica que gerou mais discussão questiona a propriedade causal e a capacidade explicativa das variáveis que compõem o termo cultura política, sustentado na suposição de que as variáveis que o compõem afetam os sistemas democráticos, mas sem tratar de forma adequada da natureza e da extensão desse efeito

por Almond e Verba, sua tentativa de construção de uma conexão entre variáveis individuais e estruturas políticas estabeleceu um promissor programa de pesquisas que tem envolvido atualmente um número crescente de investigadores das Ciências Sociais.

Em virtude das críticas endereçadas a *The Civic Culture*, a agenda de pesquisa em cultura política sofreu um período de refluxo. No entanto, as teses principais contidas na obra clássica foram retomadas a partir da década de 1980 por autores que realizaram novas pesquisas de longo alcance geográfico ou histórico (Ribeiro, 2011), dentre os quais destaco Inglehart (1988), Diamond (1994) e Putnam (1996).

Uma vez aceito o argumento que afirma a relevância da adesão dos indivíduos ao sistema político, caberia perguntar se existe uma hierarquia de importância entre as disposições individuais favoráveis ou não entre os distintos grupos que compõem uma mesma nação. Mais especificamente, podemos formular as seguintes questões: a adesão normativa de quem importa? A adesão das elites é especialmente relevante?

A maior parte dos estudos recentes que seguem a abordagem culturalista tem se mantido fiel à tradição estabelecida por Almond e Verba no que diz respeito à focalização de unidades nacionais, sem distinguir grupos ou subgrupos. Esses estudos têm sido realizados a partir de *surveys* nacionais e terminam por estabelecer um quadro da cultura política de uma sociedade como um todo. Ainda que a importância dessas investigações não possa ser questionada, nos parece plausível supor que se os valores dos cidadãos comuns são relevantes, aqueles partilhados pelas elites sejam ainda mais importantes.

Ao discutir os fatores que favorecem o estabelecimento de regimes democráticos, Robert Dahl em seu já clássico *Poliarquia*, dedica todo um capítulo à discussão sobre a importância da crença dos ativistas políticos. Em uma frase que sintetiza o conjunto dos seus argumentos sobre o tema, afirma que seria difícil que

(Ribeiro; Bolognesi, 2008). Tal crítica se configurou sobremaneira relevante, tanto que duas décadas depois Almond e Verba organizaram a obra *The Civic Culture Revisited* (1989), na qual a relação causal entre a cultura e a estrutura política se destacou como um das principais questões em discussão, tanto que Almond (1989) afirmou que essas duas dimensões são variáveis influenciáveis entre si, as quais devem ser tratadas simultaneamente como dependentes e independentes, de modo que a cultura política causa e é causada pela estrutura política.

um regime dessa natureza pudesse vir a existir sem que uma camada politicamente atuante do país em questão acreditasse nos méritos da democracia e rejeitasse fortemente as demais alternativas de caráter autoritário. De maneira inversa, “num regime hegemônico, os líderes, presumivelmente, pelo menos, devem preferir a hegemonia a qualquer alternativa” (Dahl, 1997, p.129).

Entendendo que pessoas diferentes provocam efeitos distintos em qualquer sistema político, Dahl propõe como importante questão a identificação de quem alimenta quais crenças políticas. Apesar de ressaltar que essa abordagem não implica na desconsideração dos valores difundidos entre o restante da população, aponta que o conjunto dos valores das camadas politicamente mais atuantes e envolvidas com as atividades políticas pode ser um importante fator nos estudos sobre poliarquias. Esses ativistas políticos, diferentemente da maioria das pessoas, teriam sistemas de crenças complexos e ricos, o que poderia ser explicado em grande medida pela associação entre essa sofisticação e os níveis de escolaridade e interesse em política. No que diz respeito à dimensão estritamente cognitiva da cultura política, Dahl é categórico ao afirmar que é plausível supor que o conhecimento sobre os diferentes aspectos da vida política de um país qualquer seja maior entre os membros dessa elite do que entre a população geral. Por possuírem esse sistema supostamente mais sofisticado, os ativistas também teriam a maior probabilidade de serem guiados por suas crenças. Quanto mais rudimentares e desorganizadas são as crenças de um indivíduo, menor são as chances de que tais orientações guiem o seu comportamento, ou seja, exigindo um teste de congruência e densidade dos valores dos ativistas.

Além desses fatores que tornam as crenças desse grupo particularmente relevantes, os ativistas desempenham também papel fundamental nos processos de criação e difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma sociedade. Tratando dos processos através dos quais se dá a incorporação das orientações políticas, Dahl se filia a autores como Rokeach (1968) ao considerar as duas primeiras décadas dos indivíduos como cruciais. Isso, entretanto, não implica na defesa da imutabilidade nos padrões de valores, pois a todo o momento os agentes são colocados diante de situações que podem levar ao questionamento de alguns elementos que podem ser substituídos por outros. Nos tempos atuais

vemos que estes padrões de valores são constantemente modificados, o que causa uma mudança também nas organizações e instituições políticas.

Nos termos de Dahl teríamos dois períodos de socialização. A socialização primária ocorreria em instituições como a família e a escola, pelas quais passamos em nossos períodos de infância e adolescência. A socialização secundária, por sua vez, se daria em instituições ligadas ao trabalho e outras atividades que se desenvolvem em nossa vida adulta e podem resultar no abandono de crenças antigas e na incorporação de novas. É claro que as unidades individuais experimentam as instituições de forma diferente, o que resulta não numa homogeneidade de crenças, mas numa diversidade compartilhada.

Nesses dois momentos os ativistas ou elites políticas possuem importância fundamental, pois um dos fatores que conduzem à incorporação de uma determinada crença é o prestígio de quem a transmite. Os valores e concepções políticas transmitidas por aquelas pessoas que ocupam posição de destaque na sociedade são mais facilmente assimilados pelos cidadãos médios, o que torna as elites importantes personagens não apenas na elaboração, mas também na difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma nação ou grupo.

Entretanto, não apenas pelo prestígio é que a reprodução opera. O controle de posições institucionais chave e o poder de determinar a conduta das instituições podem disseminar mudanças em toda a parcela de uma sociedade, como destaca Wright Mills em *A elite do poder* (1982), obra que trata da análise do poder nacional norte-americano e que se tornou famosa por suas conclusões políticas e sugestões metodológicas. O autor discorreu ainda sobre as altas hierarquias das ordens institucionais econômica, política e militar e definiu a elite política metodologicamente através do método posicional, ou seja, a partir dos postos de comando superiores no governo nacional.

Em síntese, as elites importam e desconsiderar que elas exercem influência no processo político seria no mínimo ingênuo. Em conseqüência, os valores desta elite importam mais do que o da população em geral, pois, querendo ou não, são os seus membros que estão no comando do processo decisório e suas decisões afetam um leque grande de pessoas. Se a cultura política deve ser considerada um importante fator explicativo para os fenômenos políticos contemporâneos, os

valores, crenças e atitudes daquelas pessoas que estão mais diretamente envolvidas nos processos políticos possuem uma relevância ainda maior (Grynszpan, 1996; Lima; Cheibub, 1996; Ribeiro; Bolognesi, 2008; Perissinotto, 2009).

Além disso, vale salientar ainda que os ativistas políticos e membros da elite apresentam um sistema de crenças e valores diferente daquele que a maioria das pessoas possui, o que implica afirmar que os membros da elite possuem um maior conhecimento sobre a vida política que a maior parte da população em geral (Dahl, 1997; Ribeiro; Bolognesi, 2008).

Diante do exposto, as crenças e ideias de ativistas políticos e de membros da elite política apresentam-se como variáveis relevantes a serem consideradas, sobretudo em contextos como o brasileiro e o das jovens democracias latino-americanas de modo geral, no qual o sistema político e a própria democracia ainda lutam para se consolidar. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo a discussão acerca dos conceitos de “elite”, por autores clássicos da corrente do elitismo, e de “elite do poder”, de Wright Mills, frente ao cenário atual das pesquisas sobre cultura política e democracia em contextos de participação e representação.

Nesse sentido, o artigo apresenta-se disposto em distintas seções. Além desta, introdutória, a próxima discorre sobre as visões clássicas do elitismo por Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels; a terceira seção aborda as considerações às elites produzidas por Charles Wright Mills em sua obra *A elite do poder*; a quarta discute as diferentes concepções sobre elites formuladas pelos quatro autores destacados, com ênfase ao posicionamento metodológico de Wright Mills na obra destacada por conta da abordagem do método posicional; e a última seção apresenta considerações que tratam da relação entre as concepções de elites, cultura política e democracia.

2. Elites, governantes e governados

Os autores clássicos da teoria das elites, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, discorreram em suas obras sobre uma quase inegável

demonstração histórica da existência de uma vanguarda que leva à frente as decisões políticas (Grynszpan, 1996; Perissinotto *et al*, 2006; Perissinotto, 2009). Segundo tais autores, mesmo nos momentos em que é possível pensar num maior ativismo político por parte das “massas”, não se pode desconsiderar a existência de elites que “conduzem” as principais diretrizes do processo histórico.

Sobre a relevância de pesquisas sobre a teoria das elites, Almeida e Braunert (2007, p. 174) ressaltam que “o estudo dos valores políticos de uma elite parte, na maioria das vezes, do pressuposto de que a análise dos valores e das opiniões dos componentes desse grupo é fundamental para a compreensão do sistema político como um todo”.

As principais obras de Mosca, Pareto e Michels lançaram poderosas hipóteses que não foram adequadamente comprovadas, uma vez que a ciência política desenvolveu-se enormemente em termos políticos apenas no decorrer do século passado. Apesar disso, tais autores “legaram à ciência política do século XX um sem-número de ideias que iriam se transformar em importantes questões de pesquisa” (Perissinotto, 2009, p. 97).

A obra *Elementi di Scienza Política* (1992) é considerada a obra clássica⁴ do italiano Gaetano Mosca, a qual defendia que os procedimentos rigorosos de observação e verificação estabelecidos nas ciências naturais deveriam ser estendidos às ciências sociais, desde que considerado o fato de que enquanto nas ciências naturais a evolução se caracterizava pela aniquilação do mais fraco pelo mais forte, nas sociedades humanas a evolução se dava em função do predomínio econômico, político e social.

Nesse sentido, o método mais adequado de observação dos fenômenos sociais e políticos seria o método histórico, um método comparativo no qual as considerações seriam elaboradas “a partir da observação dos variados grupos e organismos políticos, em diferentes períodos históricos e em diversos tipos de civilização” (Perissinotto, 2009, p. 24).

Uma vez que o método histórico tinha por objetivo a identificação das

⁴ A primeira edição da obra data de 1896. À segunda edição, de 1923, foi acrescida a segunda parte da obra, posteriormente traduzida e publicada em inglês sob o título de *The Ruling Class* em 1939 e ainda em versão resumida em espanhol sob o título *La Clase Política* em 1992.

regularidades mais significativas presentes nas sociedades ao longo da história, os estudos de Mosca lhe permitiram constatar que em todas as sociedades existiriam duas classes distintas de indivíduos: os governantes, que conduziriam as sociedades e seriam chamados classe política ou classe dirigente, e os governados, que seriam conduzidos e chamados de massa. Assim, a classe política seria uma minoria organizada que monopolizaria os recursos de poder e os utilizaria em benefício próprio, além de exercer todas as funções políticas e utilizar seu controle para influenciar decisões políticas, enquanto a massa seria constituída por indivíduos dominados, que não disporiam da posse dos meios de governo e se constituiriam em uma maioria desorganizada (Mosca, 1992, p. 106).

Diante de tais conceitos, Mosca evidenciou que o predomínio de uma minoria sobre a massa consistiria em sua organização, uma vez que mesmo que o primeiro grupo seja menor, sua atuação ocorre de maneira homogênea, enquanto a heterogeneidade da grande população se reporta à busca pelo atendimento de interesses individuais, ou seja, a minoria só é organizada pelo fato de ser uma minoria, uma vez que quanto mais vasto um grupo, maiores suas discrepâncias e maior também a possibilidade de domínio por grupos organizados.

Em sua busca por razões explicativas para a maior facilidade de organização das minorias, o autor tomou como critério os tipos de classes políticas, partindo do pressuposto de que todas as sociedades seriam dominadas por classes políticas, tendo por diferencial o tipo de classe política dominante em cada sociedade. Para tanto, Mosca classificou os diferentes grupos de classe política pelo critério de recursos socialmente valorizados que tais grupos controlariam e que lhes permitiriam impor sua dominação, resultando nas classes militar, plutocrática (por posse de riquezas) e sacerdotal.

Sobre tal classificação, Perissinotto (2009, p. 29) afirma que Mosca ambicionava ainda um quarto tipo, que controlaria os recursos do saber e dirigiria o Estado por meio de uma aristocracia intelectual constituída como classe política desinteressada, “capaz de conduzir a nação como um árbitro neutro perante os diversos interesses sociais em conflito”. Tal razão explicativa implicaria inferir que não apenas o tamanho do grupo, mas principalmente a existência de interesses comuns seriam capazes de explicar o motivo pelo qual pequenos grupos se

organizam de forma coesa e coordenada em minorias para o exercício e manutenção do poder.

Para Mosca, as minorias tenderiam à inércia, ou seja, lutariam pela manutenção de seu monopólio sobre o poder político, tanto pelo acesso à classe política, restrito a determinadas famílias aristocráticas, quanto pela hereditariedade, que consistiria na transmissão do conhecimento, dos bens e de relações pessoais aos filhos dos seus membros, de modo que tal inércia da classe política seria encontrada até mesmo em regimes democráticos.

Entretanto, as classes políticas dirigentes, ainda conforme Mosca, tenderiam à decadência em virtude da substituição de valores e consequentes mudanças nas formas de poder. Segundo tal afirmação, a queda de uma classe política dirigente corresponderia, necessariamente, à ascensão de uma nova classe ao poder, que, através da consolidação de seu domínio, instauraria um novo período de estabilidade social. Tal ideia permite inferir que o poder consistiria num permanente movimento oscilatório entre estabilidade e instabilidade, em que o segundo momento implicaria na substituição da classe política dirigente por outra. Desta forma, segundo Mosca, a classe política justificaria seu infundável domínio do poder como “uma consequência necessária de doutrinas e crenças geralmente reconhecidas e aceitas na sociedade comandada por essa classe” (Perissinotto, 2009, p. 33).

Em *Elementi di Scienza Política*, Mosca discorreu ainda o despotismo e governo liberal. O despotismo foi definido pelo autor como o predomínio político absoluto de uma única força social, cuja possibilidade de ocorrência é comum a todas as sociedades, que para evitá-lo deveriam proteger-se juridicamente e por meios de mecanismos sociais de regulação da disciplina moral com vistas à inexistência de comportamentos desviantes e antissociais que poderiam culminar, até mesmo, na desintegração da própria sociedade.

Nas palavras de Mosca (1992, p. 190):

A preponderância absoluta de apenas uma força política, o predomínio de um conceito simples na organização do Estado, a aplicação severamente lógica de apenas um princípio inspirador de todo o direito público, são os elementos necessários para qualquer gênero de despotismo; tanto para o que se funda no direito divino como para o que

presume ter sua base na soberania popular, pelo fato de que esses elementos permitem aos que têm em suas mãos o poder, desfrutar dos benefícios de uma posição superior, em benefício de suas próprias paixões⁵.

Nesse cenário, a organização política se apresentaria como principal fator a contribuir para o aperfeiçoamento e regulação das relações entre as diversas frações da classe política e desta com a massa.

Por sua vez, o governo liberal seria capaz de produzir uma melhor proteção jurídica tanto pelo predomínio de leis e quanto pela prevalência dos interesses públicos sobre os interesses particulares, o que implica afirmar que um governo corrupto, no qual os governantes arbitrassem as leis, não cumpriria tal missão. Vale ressaltar que a proteção jurídica funcionaria apenas em sociedades em que se expressassem forças sociais organizadas, que consistiriam em atividades humanas com significativa influência social e política, compreendendo o conjunto de interesses de relevância social em qualquer estágio de desenvolvimento cultural. A organização de tais forças sociais seriam capazes de transformá-las em uma força política.

Nesse sentido, a concorrência política entre várias forças sociais seria o fator determinante para impedir o predomínio de apenas uma, atuando como um antídoto contra o despotismo. Desta forma, Mosca afirmou que o regime político mais recomendável para uma sociedade socialmente diversificada seria o sistema representativo censitário, que consistia na autorização do voto apenas a grupos restritos da população, geralmente os membros da população que eram detentores de um determinado nível de renda. Assim, esse sistema permitiria a existência e manutenção de um sistema em que a competição política seria restrita às minorias organizadas, que poderiam se autocontrolar reciprocamente, de modo a evitar o despotismo.

⁵ Tradução livre do autor a partir do original: “*La preponderancia absoluta de una sola fuerza política, el predominio de un concepto simple en la organización del Estado, la aplicación severamente lógica de un solo principio inspirador de todo el derecho público, son los elementos necesarios para cualquier género de despotismo; tanto para el que se funda en el derecho divino como para el que presume tener su base en la soberanía popular, por el hecho de que dichos elementos le permiten al que tiene en sus manos el poder, disfrutar de las ventajas de una posición superior, en beneficio de sus propias pasiones*”.

Perissinotto (2009, p. 39), ao discorrer sobre Mosca em *Elementi de Scienza Política*, afirma que entre o despotismo e a democracia, o referido autor defendia a existência de um governo misto com princípios monárquicos, aristocráticos e democráticos, sem predomínio de nenhum tipo, o que “permitiria a atuação de diversas forças políticas organizadas, que se moderariam mutuamente, e, ao mesmo tempo, evitaria a presença das massas na política.

Na segunda parte de *Elementi di Scienza Política*, Mosca fez uso do método histórico comparativo para elaborar suas formulações acerca dos processos de formação e organização das minorias politicamente ativas, visando ao estudo da formação e organização das classes políticas. Segundo o autor, as discrepâncias históricas entre os Estados decorriam das diferenças de princípios e de tendências de formação e organização das classes políticas.

Por princípios Mosca entendia os modos de transmissão da autoridade, quais sejam: princípio autocrático, em que a autoridade seria concedida verticalmente, tendo o soberano como indivíduo mais forte na relação; e princípio liberal, em que a autoridade seria concedida verticalmente, porém de maneira inversa, ou seja, partindo da massa de governados, responsável pela escolha de seus governantes. Ainda segundo o autor, a coexistência de princípios autocráticos e liberais em um organismo político seria positiva, ideia que reforça a teoria defendida pelo autor de um governo misto, conforme anteriormente destacado.

Como tendências de formação da classe política Mosca discorreu sobre dois tipos, quais sejam: tendência democrática, que defendia a renovação dos membros da classe política ou a complementação de seus membros por indivíduos oriundos de classes dirigidas; e tendência aristocrática, que pregava a cristalização e estabilização do poder social e político a partir da transferência de poder pelos membros da classe dirigente apenas a seus descendentes.

Também com relação às tendências de formação da classe política Mosca afirmava que a coexistência seria positiva, tanto que o autor sugeriu formas de governo oligárquicas com as seguintes combinações: governos autocrático-aristocráticos, governos liberal-aristocráticos, governos autocrático-democráticos e governos liberal-democráticos.

Diante do exposto, pode-se concluir acerca de *Elementi di Scienza Política*

que através do método histórico comparativo, Gaetano Mosca identificou uma lei social geral que afirmava que toda sociedade humana se divide em uma minoria que governa e uma maioria que é governada, sendo a minoria responsável pela condução da história. A partir dessa lei geral, o autor em pauta elegeu como objeto de estudo central da ciência política a classe política, que deveria ser estudada sob três perspectivas: a primeira, seus recursos, de modo que os grupos poderiam ter predominância militar, sacerdotal, econômica ou intelectual; a segunda, o princípio de constituição de sua autoridade, que poderia ser autocrático ou liberal; e terceiro, sua tendência de formação, aristocrática ou democrática.

O francês Vilfredo Pareto se dedicou a estudos de ordem econômica e sociológica e acreditava ser possível a realização de um estudo científico neutro e objetivo dos fenômenos sociais, desde que não houvesse influência dos preconceitos e paixões que contaminam a consciência dos cientistas políticos. A forma de abandonar esse risco seria a substituição do método dedutivo, baseado em pressupostos tomados como verdades, pelo método lógico-experimental, cujas proposições decorrem da observação do mundo real e podem ser confrontadas com os fatos. Assim, o objetivo da sociologia seria identificar regularidades denominadas leis ou uniformidades experimentais, graças as quais, segundo Pareto em *Manual de Economia Política* (1984), as ações humanas poderiam ser objeto de estudos científicos, cabendo à ciência identificar apenas meios eficazes para a obtenção de objetivos e não quais os objetivos que deveriam ser perseguidos pela ação humana.

Nesse sentido, a distinção paretiana entre “verdade” e “utilidade” apontou que nem toda verdade científica é útil no sentido de contribuir com o equilíbrio social, ao passo que crenças e valores orientadores da conduta social e política poderiam ser cientificamente falsos e socialmente úteis por garantirem a reprodução da interação entre os indivíduos e, conseqüentemente, a coesão da sociedade.

O entendimento acerca da teoria das elites políticas de Pareto implica em tratar de sua teoria da ação social (Perissinotto, 2009). Através da observação de fatos concretos, Pareto concluiu que todo fenômeno social poderia ser considerado sob os aspectos objetivo e subjetivo, ou seja, a realidade e a forma como esta se

apresenta ao espírito de certos homens, respectivamente. Nesse sentido, haveria ações às quais os indivíduos proporiam o atendimento de determinados fins e, para tanto, escolheriam meios logicamente adequados de agir e ainda ações em que tal adequação lógica entre meios e fins não ocorreria. Desta forma, quase todas as ações humanas relacionariam de maneira lógica meios e fins sob o ponto de vista subjetivo, o que ocorreria com menor frequência na realidade objetiva. Entretanto, Pareto (1984, p. 44-45) ressaltou que:

Não devemos nos enganar com os nomes dados a estes dois tipos. Ambos são, na realidade, subjetivos, pois todo conhecimento humano é subjetivo, e eles se distinguem não por uma diferença de natureza mas por uma soma mais ou menos grande de conhecimento dos fatos. [...] cada indivíduo, ao fazer uma classificação, a faz de acordo com os conhecimentos que possui. Não se entende como poderia ser de outra maneira.

Quando se estabelece uma relação entre meios e fins tanto no nível objetivo quanto no nível subjetivo pode-se afirmar que uma ação se constitui como lógica, ao passo que ações em que tal relação entre meios e fins é adequadamente lógica apenas ao indivíduo que as pratica constituiriam ações não-lógicas, predominantes na vida social e política. Segundo Pareto (1984, p. 46), “as ações lógicas são muito mais numerosas nos povos civilizados”, ao passo que “a indução nos leva a reconhecer como as ações não-lógicas têm importante papel no fenômeno social”.

Como as ações lógicas são efeitos de raciocínios e as ações não-lógicas de um estado psíquico, essas deveriam ser estudadas pela psicologia, cabendo à sociologia analisar as manifestações de fenômenos exteriores que expressem sentimentos por meio de justificativas, teorias e discursos, construções simbólicas tratadas por Pareto como derivações.

As derivações seriam encontradas sempre que se fizesse possível identificar as formas que os homens utilizam para “dissimular, mudar, explicar os caracteres que efetivamente têm certos modos de atuarem” (Pareto, 1984, p. 66). Nos homens, as ações produziriam teorias morais (religiosas, políticas, filosóficas etc.) e a conduta quanto às teorias produzidas pelos homens para justificá-las seria a verdadeira causa do comportamento humano, mas como tais forças psicológicas não seriam diretamente observáveis caberia ao sociólogo o exame preliminar de

suas manifestações exteriores, as derivações, que, conforme Pareto, poderiam ser estudadas sob três aspectos: quanto aos seus valores objetivo e subjetivo e quanto à sua utilidade social.

O valor objetivo de uma derivação refere-se ao seu estudo por meio da correspondência entre uma derivação com o mundo da experiência, de forma a produzir afirmações absolutas, calcadas em sentimentos. Os valores subjetivos dizem respeito aos motivos pelos quais um indivíduo propõe uma teoria e pelos quais outros são levados a aceitá-la, uma vez que para que uma teoria seja convincente deve suscitar no indivíduo sentimentos que façam parte da alma humana. A utilidade social consiste na contribuição de uma derivação à manutenção da ordem social, considerada a diferenciação Pareto entre “verdade” e “utilidade” anteriormente mencionada.

Em termos subjetivos, as derivações se classificam em classes conforme a força de persuasão, quais sejam: I – derivações cuja autoridade advém de simples afirmações ou da utilização corriqueira pela sociedade; II – derivações que retiram sua força do argumento da autoridade, seja esta advinda dos homens ou mesmo seres sobrenaturais ou personificações; III – derivações reforçadas pelo convencimento da referência a princípios, sentimentos ou entidades teológicas ou metafísicas; e IV – derivações verbais decorrentes do uso de termos com significados indefinidos, duvidosos ou equivocados, não correspondentes à realidade, mas fortes o suficiente a ponto de convencer os indivíduos.

Pareto aponta o discurso democrático como a mais importante derivação no mundo contemporâneo, em que o discurso teórico prega a participação de todos no poder político e a minoria governante rege a maioria, sendo a teoria da soberania popular não científica, mas socialmente útil por levar os indivíduos a acreditar na igualdade de participação no governo. Para o autor, a análise dos sentimentos a partir de diversas teorias elaboradas pelos homens ao longo da história deveria buscar elementos constantes que expressassem um estado psíquico invariável. Nesse sentido, Pareto utilizou-se do método indutivo para analisar teorias políticas, religiosas e filosóficas na China, na Roma antiga, na Grécia antiga e em outros países e em momentos históricos distintos, buscando identificar elementos permanentes e constantes, os quais denominou resíduos, que

se constituiriam como fatores invariáveis na formulação de teorias capazes de expressar a dimensão constante das ações.

A teoria paretiana classifica os resíduos em seis classes, quais sejam: I – instinto das combinações, que são tendências dos indivíduos de relacionar ideias e coisas para estabelecer conexões explicativas entre sensações e atos e produzir teorias e doutrinas capazes de produzir ciência; II – persistência dos agregados, defesa da manutenção das teorias e justificativas produzidas pelo resíduo anterior e recusa por inovações e transformações sociais, mesmo que através do uso da força física, para a manutenção do equilíbrio social; III – necessidade de manifestar os sentimentos de atos externos, seja tal manifestação por meio de combinações ou pela exaltação religiosa; IV – resíduos em relação à sociabilidade, dentre os quais piedade, crueldade, repugnância, superioridade, inferioridade, necessidade de aprovação da coletividade e ascetismo; V – integridade do indivíduo e de suas dependências, sentimentos relacionados à alterações de equilíbrio e restauração da integridade ferida; e VI – resíduo sexual.

Sobre tais resíduos, tanto Aron (1985) quanto Perissinotto (2009) afirmam que os resíduos da primeira e segunda classe merecem maior atenção enquanto fatores decisivos do equilíbrio social como parte das massas e da elite. Ainda com relação à classificação dos resíduos, Aron (1985, p. 171) afirma que “os resíduos não são os sentimentos, mas sua manifestação. Resultam de uma construção científica, e às vezes tem-se a impressão de que a diferença entre eles só tem um significado muito relativo”.

Considerando que os indivíduos são diferentes física, moral e intelectualmente, tal heterogeneidade social aponta para a existência de grupos de homens desiguais, o que possibilitaria a divisão da sociedade em estratos, um superior e outro inferior. Para Pareto, o estrato superior, denominado elite ou classe eleita, compreenderia os indivíduos com melhores índices de desempenho em suas atividades, sendo tal elite dividida em elite governante, que participaria direta ou indiretamente do governo, e elite não governante, cujos membros não exerceriam o comando político, mas poderiam influenciá-lo por meio dos recursos sociais que controlavam. Fora e abaixo desta elite estaria o estrato dos comandados.

Para o autor, o equilíbrio da sociedade dependeria não apenas da comunicação entre os estratos, mas também da passagem de um grupo a outro, ou seja, a circulação das elites, pois o autor acreditava que no âmbito da política os resíduos seriam desigualmente distribuídos entre as classes superiores e inferiores e tal discrepância seria a base da desigualdade social. Assim, a classe governante ideal seria formada por indivíduos com distribuição equilibrada entre os resíduos de classes I e II, capazes de governar sem abdicar da persuasão ou da força, utilizando cada qual no momento adequado.

Conforme a teoria paretiana, alguns indivíduos alcançariam a classe governante por hereditariedade, ou seja, por influência política da família por cargos políticos, riquezas ou conexões sociais, mas a maioria dos indivíduos não possuiria as qualidades necessárias ao domínio político, fato que seria capaz de iniciar na elite política um processo de degeneração, caracterizado pela grande presença de indivíduos propensos a agir por persuasão e receoso de usar a força, o que permitiria a contestação de seu poder por grupos sociais oriundos de estratos inferiores. Nesse cenário, o autor acreditava que à superação de tal problema seria necessária a circulação das elites, de modo que aos estratos superiores fossem agregados indivíduos dos estratos inferiores (geralmente os melhores), motivados a utilizar a força para a restauração da ordem (resíduos de classe II), sendo que tal ascensão poderia se dar de maneira paulatina e institucionalizada ou abrupta e revolucionária, mas não poderia deixar de ocorrer para a restauração da qualidade da elite política e, conseqüentemente, do equilíbrio social. É importante ressaltar que a circulação das elites se constituiria em um fenômeno diferente da cooptação política, que implicaria na aceitação de indivíduos de estratos inferiores na classe governante desde que estes aceitassem servi-la e abrissem mão de suas características, a fim de comportar-se de acordo com a classe superior.

Sobre a teoria paretiana acerca das elites, Perissinotto (2009, p. 70), em nota crítica, afirma que “ao se preocupar essencialmente com as condições do equilíbrio social em qualquer sociedade, Pareto produz um conhecimento essencialmente abstrato e aistórico”, em que não existiriam diferenças entre as sociedades e onde a circulação das elites refletiria apenas num rearranjo distributivo dos resíduos necessários ao exercício do poder político.

A mais famosa obra do alemão Robert Michels, *Sociologia dos partidos políticos* (1982), trata do processo de organização dos mais importantes partidos políticos da época, em especial do Partido Social Democrata Alemão, do qual foi militante e abandonou por desilusão frente às possibilidades de democracia no mundo contemporâneo, desenvolvendo uma visão elitista e uma simpatia pelo fascismo. A referida obra se baseia num duplo eixo interpretativo: a sociologia das organizações, segundo a qual as organizações não seriam meros instrumentos a serviço dos grupos sociais, mas, quando formadas e consolidadas, capazes de gerar interesses próprios que se sobreponham àqueles dos indivíduos que deveriam ser representados, num cenário em que existe uma minoria de governantes (oligarquia) e uma maioria de governados; e a psicologia das multidões, que explica a necessidade das massas de submissão aos chefes, já que as massas não apenas não estão preparadas para desempenhar papéis de comando como não desejam exercê-lo.

Michels afirma que não há democracia sem organização, mas que a organização é clara oposição ao princípio democrático, salientando que por estudar uma organização operária de orientação socialista seu conceito de democracia é também de visão socialista e especialmente marxista do início do século XX. Segundo o referido autor, a democracia seria definida como o autogoverno das massas reunidas em assembleias, ou seja, a democracia seria inviável frente à impossibilidade de reunir e consultar as massas a cada necessidade de tomada de decisão (Perissinotto, 2009). Nesse sentido, seriam necessários “delegados” para atuar e decidir como representantes das massas, sendo que o controle tanto sobre delegados quanto sobre chefes de partidos seria aplicável apenas em escala reduzida, já que a especialização das tarefas exigiria conhecimentos que as massas não possuem, impossibilitando sua consulta.

Desta forma, uma elite operária passaria a tomar as decisões, uma vez que como a especialização de funções é uma consequência inevitável de qualquer organização mais ou menos extensa, o poder de decisão tenderia a ser retirado gradativamente das massas e monopolizado pela minoria de chefes e especialistas, promovendo uma tendência às oligarquias. Michels (1982, p. 54-55) discorre que

Nada mais natural, aliás, pois esses chefes não podem ser substituídos imediatamente, uma vez que todos os demais membros do partido são estranhos ao mecanismo burocrático, absorvidos que são pelas suas ocupações cotidianas. Graças à competência que proporcionam em trabalhos pouco ou nada acessíveis à massa, os conhecimentos técnicos dos chefes lhes asseguram virtualmente uma imobilidade que não deixa de atentar contra os princípios da democracia.

Para o autor, a superioridade não era uma característica intrínseca ao indivíduo desde seu nascimento, mas uma característica advinda das próprias exigências organizacionais, já que as oligarquias eram alçadas à condição de superioridade intelectual frente à incompetência das massas. Como os chefes eram obrigados a ter contato com questões técnicas que lhes possibilitavam treinamento profissional específico não poderiam ser facilmente dispensados pelos partidos políticos, residindo nessa questão uma importante fonte de poder nas organizações, denominada indispensabilidade dos chefes.

Segundo Perissinotto (2009, p. 84), as considerações de Michels sobre os partidos proletários são válidas a todas as organizações complexas, incluído o Estado democrático parlamentar, sendo que a democracia representativa também seria dominada por uma oligarquia, observado que “a representação é uma farsa em que uma vontade individual é apresentada como sendo a vontade das massas”.

Os traços psicológicos dos chefes e das massas contribuem para reforçar a oligarquização das organizações operárias, sendo que os traços apresentados por Michels são os seguintes: direito moral à delegação, referente a crença que os indivíduos transformados em chefes teriam o direito moral de permanecer nessa posição e repudiar contestações à sua posição de chefia, até mesmo por meio da recusa em submeter-se à desconfiança das massas; a necessidade de chefe entre as massas, que não se interessam por assuntos sérios mesmo gozando de direitos políticos e renunciam voluntariamente à política, assumindo uma posição apática por seu desejo ou necessidade psicológica de ser dirigida; gratidão política por aqueles que falam e escrevem em seu nome; e necessidade de veneração de seus chefes.

Sobre tais características, Michels (1982, p. 39) afirma que

Além da indiferença política das massas e da necessidade de serem dirigidas e guiadas, um outro fator, de qualidade moral mais relevante,

contribui para assegurar a supremacia dos chefes: é o reconhecimento das multidões pelas personalidades que falam e escrevem em seu nome. [...]

Esses homens, que adquiriram, com frequência, uma espécie de aureóla de santidade e de martírio, só pedem, em troca dos serviços prestados, uma única recompensa: o reconhecimento. Essa exigência chega, às vezes, até os anais oficiais do partido. A massa também demonstra sua gratidão com grande intensidade.

De acordo com esses traços psicológicos, Perissinotto (2009, p. 88) afirma que, para Michels, “se as massas têm uma necessidade inata de ter chefes, se elas se prendem mais a espetáculos do que a discussões sérias, se elas sentem uma necessidade, também inata, de venerar o seu chefe, é evidente que, num partido político que congrega uma multidão de filiados, o discurso e a qualidade retórica são atributos essenciais para subjugar-las”. Diante disso, outra característica negativa das massas seria seu maior apego à forma dos discursos dos chefes do que ao seu conteúdo.

Em se tratando do partido operário alemão, Michels afirma que a necessidade de se organizar para enfrentar seus adversários políticos fez com que se reproduzisse no interior da instituição a mesma divisão que o próprio partido criticava na sociedade e ainda que sua inserção no jogo político-eleitoral tornou-o conservador e politicamente moderado, apesar da permanência de certa retórica revolucionária. Desta maneira, os interesses deixaram de ser aqueles que levaram ao fundamento do partido e passaram a ser os interesses do próprio partido e da oligarquia, ou seja, manter o partido se tornou mais importante que contestar a ordem social.

Michels tratou da inevitabilidade da formação das oligarquias através da chamada lei de bronze das oligarquias, que indicava uma tendência entre as elites para a criação de uma classe política relativamente fechada, com poder centralizado e sem abertura dos partidos políticos às massas. Entretanto, segundo o autor, assim como era inevitável a formação de oligarquias também o era seu processo de decadência e substituição por novas minorias dominantes, numa eterna circulação de elites.

Por fim, é necessário ressaltar que Michels afirmava que o exercício da administração seria também uma forma de poder e defendia ainda a democracia

possível, que consistiria num regime não de autogoverno das massas, mas de como sistema que permitisse aos governados defender seus interesses e controlar as oligarquias, de modo a viabilizar a renovação lenta e segura da classe política e evitar a formação de uma aristocracia fechada e destinada à degeneração.

3. Wright Mills e a elite do poder

No tradicional cenário da ciência política norte-americana de produção de obras com olhar crítico sobre o sistema democrático do país destaca-se *A elite do poder* (1982 [1956]), a mais famosa obra de Charles Wright Mills, uma análise do poder nacional que se destacou por suas conclusões políticas e sugestões metodológicas.

Wright Mills, sociólogo preocupado com os “sem poder” e os problemas da dominação política, da democracia e dos pequenos proprietários acreditava ser fundamental forjar uma sociologia que colocasse a verdade a serviço dos dominados, uma política verdadeira contra as mentiras dos poderosos e dos meios de comunicação. Para o autor, a sociedade criou indivíduos sem autonomia, uma massa sem forma ou liberdade, situação a qual os indivíduos teriam sido levados não por seus traços psicológicos, mas pelas transformações sofridas pela sociedade e democracia norte-americanas no século XX. Segundo Perissinotto (2009), o autor entendia que a maneira para superar tal situação seria o aprofundamento da participação política e o aumento do poder do homem médio, ou seja, seria necessário o aumento da participação democrática.

Wright Mills reconhecia que a sociedade americana era controlada por uma minoria poderosa em detrimento de uma maioria desprovida de poder, mas não tomava tal situação como lei sociológica universal, já que a existência de uma elite no poder, sua natureza e dimensões de poder seriam elementos historicamente condicionados, o que significa que a elite política norte-americana dominava por seus membros ocuparem postos de comando na estrutura social, postos estes que concentravam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna: o Estado, a organização militar e as grandes companhias. Nesse sentido, a definição de elite proposta pelo autor é posicional, uma vez que os membros da elite seriam

definidos de acordo com as posições de mando ocupadas, e institucional, pois as posições de mando o são por pertencerem às instituições mais importantes da estrutura social do país. Nas palavras do autor (1982, p. 12):

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam.

O autor estabeleceu quatro passos metodológicos para delimitação do grupo dominante da sociedade norte-americana a ser analisada. O primeiro passo consistiria na identificação das ordens institucionais mais importantes da estrutura social, que, conforme anteriormente afirmado, Wright Mills identificou como sendo o Estado, o exército e as grandes empresas enquanto principais meios de poder, ou seja, o poder na sociedade norte-americana se concentraria nos domínios político, militar e econômico, restando às demais instituições a subordinação e a marginalidade à história moderna.

O segundo passo referia-se à descrição das três ordens institucionais principais constituintes da base da elite norte-americana, cujas características comuns seriam a expansão em termos de recursos e capacidade de ação ao longo do século XX e o processo de centralização do poder de decisão nas cúpulas⁶, de modo que as três ordens institucionais passaram a acumular cada vez mais recursos de poder e capacidade de interferir na vida das pessoas.

O terceiro passo tratava da descrição da interrelação entre as diferentes ordens institucionais, que apontou um altíssimo grau de interrelacionamento entre os indivíduos que compõem as elites econômica (os muito ricos e os principais executivos de grandes corporações), política (as principais autoridades estatais e os políticos mais poderosos) e militar (a elite dos soldados estadistas), que, devido à expansão, centralização e aproximação das três ordens institucionais passaram a

⁶ A federação de estados autônomos transformou-se num poder centralizado capaz de interferir em todas as dimensões da vida social, a ordem militar se expandiu e se centralizou de modo a consumir cada vez mais recursos públicos e a estrutura econômica antes formada por várias empresas foi dominada por poucas e grandes corporações, ligadas entre si política e administrativamente (Perissinotto, 2009).

formar a elite do poder norte-americano, um pequeno e coeso grupo de indivíduos capaz de tomar as principais decisões políticas do país.

Por fim, o quarto passo dizia respeito à delimitação do grupo, sua extensão e unidade, uma vez que a cúpula das elites seria composta por círculos políticos, militares e econômicos que partilhavam decisões de consequência nacional, sendo tal grupo caracterizado ainda por sua coesão, baseada em sua unidade psicológica, de partilhamento dos mesmos valores e visão de mundo, de interesses, por conta das relações cada vez mais estreitas entre as três ordens institucionais, e institucional, pois a proximidade entre as cúpulas das instituições possibilitava ações coordenadas entre os grupos.

Assim, Wright Mills analisou a elite do poder norte-americana sob quatro diferentes aspectos: o papel da educação e dos laços pessoais na unidade das classes superiores e as altas hierarquias de ordem institucional econômica, militar e política. Em se tratando do papel da educação, a sociedade americana sempre foi marcada pelo alto grau de mobilidade social que dificultou a constituição de uma sociedade superior baseada na tradição familiar e a mescla entre “velhos” e “novos” ricos para a constituição de uma unidade se daria pelo sistema educacional, responsável pela socialização de valores e desaparecimento de distinções, de modo a criar uma consciência de pertencimento a um mesmo grupo, distinto do restante da sociedade e superior a ela, por meio de um processo desenvolvido principalmente por escolas preparatórias particulares e universidades de elites americanas. Assim, por meio da educação se desenvolveriam relações de influência pessoal, de amizade e de parentesco como constitutivas da classe superior, o que implica inferir que a ação coordenada das classes superiores seria resultado não apenas da integração entre as três ordens institucionais, mas também do conjunto de relações interpessoais desenvolvidas como estratégia para permanência das classes superiores no topo das instituições.

No que tange à alta hierarquia da ordem institucional econômica, as trajetórias dos muito ricos apontariam a acumulação de vantagens por conta das posições estratégicas ocupadas que permitiriam maior influência e crescimento de riqueza, como a associação dos altos executivos para controlar grandes empresas que tornou a economia americana cada vez mais oligarquizada, sendo que o

mercado de ações permitiu a associação entre as grandes organizações e, por meio da justaposição dos membros de suas diretorias, reforçou a unidade entre os muito ricos e os altos executivos⁷, unidade que gerou o que autor chamou de ricos associados, de modo a transformar cada vez mais os interesses particulares em amplos e de classe.

Com relação à alta hierarquia da ordem institucional militar, o militarismo era, segundo Wright Mills, carente de prestígio e tinha pouca expressão na vida política norte-americana até a Guerra Fria, quando a influência e a centralização da corporação militar cresceram enormemente e a elite militar se concentrou nos cargos dos estados maiores, assumindo uma grande influência política e ideológica. Discorrendo sobre a obra de Wright Mills, Perissinotto (2009) afirma que a ascensão política dos militares se deu em função do controle que eles passaram a estabelecer sobre os crescentes meios de violência, a ponto de tal controle se tornar inevitável e muitas políticas passarem a ser decididas a partir de um viés militar. Além disso, como grande parte da atividade econômica norte-americana estaria relacionada à atividade militar, tal grupo passou a compor a elite do poder unificada.

Por fim, em se tratando da alta hierarquia da ordem institucional política, Wright Mills afirmou que em meados no século XX a sociedade americana era controlada por grupos poderosos e unificados e aos grupos médios cabia a influência nos níveis médios de poder, jamais em níveis decisivos. Diante desse cenário, o autor separou os políticos em três grupos: os profissionais, em decadência, os ex-burocratas e não-profissionais, oriundos de grandes empresas privadas e em contato com o mundo político, que constituiriam um grupo em ascensão.

Diante dos aspectos acima expostos, Wright Mills definiu metodologicamente a elite do poder norte-americana da seguinte maneira: 1º) definição posicional da elite por postos-chave no governo nacional, sendo tais postos o de presidente, vice-presidente, presidente da Câmara dos Deputados,

⁷ Segundo Wright Mills, tais indivíduos seriam oriundos do meio urbano, altamente qualificados, não imigrantes, brancos, protestantes, da classe comercial ou profissional e possuidores de título superior, conforme discussão no capítulo VII da obra.

membros dos ministérios e juizes da Suprema Corte; 2º) identificação da origem social e econômica desses indivíduos, cuja grande maioria seria proveniente de famílias economicamente privilegiadas; 3º) constatação da ocupação profissional dos membros da elite, com maioria de advogados ou homens de negócios com poucos vínculos políticos anteriores e predominância de políticos não-profissionais; e 4º) origem geográfica e educacional comuns à maioria, advindos da Costa Leste e de universidades de elites, além de baixíssima participação de imigrantes.

De acordo com esse perfil, Grynszpan (1996, p. 49) afirma que:

Os homens de poder, para [Wright] Mills, compunham um grupo unificado psicologicamente, que se conhecia, que se encontrava não apenas nos negócios, mas também em ocasiões sociais, que se reconhecia e se levava em conta ao tomar decisões. Com origens sociais e trajetórias semelhantes, eles se inseriam, ao longo de suas vidas, em uma mesma rede de relações.

Em *A elite do poder*, Wright Mills discorre também sobre os indivíduos que não compõem tal elite no capítulo XIII, denominado *A sociedade de massas*, em que afirma que o público seria formado pelo conjunto de indivíduos com capacidade para participar de discussões de maneira independente e voluntária, emitindo opiniões também independentes e voluntárias, cujo debate amplo e democrático conduziria à formação da opinião pública. Segundo o autor, uma das principais mudanças ocorridas no século XX na sociedade norte-americana foi a transformação do público em massa, expropriada pelos meios de comunicação, que se tornaram os únicos formuladores e difusores de opiniões.

Para o autor, esse processo histórico de expropriação e centralização do direito de formulação e emissão de opiniões não apenas não deveria se impor como fator limitante à presença das massas na política como tal ideia deveria ser rejeitada em favor da participação das massas, uma vez que a existência da elite é uma situação social que deveria ser combatida em favor da democracia⁸ para que a participação dos indivíduos ocorresse de maneira efetiva. A manutenção da elite do poder, segundo Wright Mills, conduziria a sociedade norte-americana ao

⁸ Segundo Perissinotto (2009, p. 117), Wright Mills demonstrou em *A elite do poder* que “[...] a democracia americana é muito mais um mito do que uma realidade”.

autoritarismo, com concentração de poder nas mãos de uma elite social psicologicamente coesa.

4. Elitismo clássico e método posicional: diferentes concepções sobre elites

É fundamental estudar a origem social, a trajetória profissional e os valores da elite política, variáveis que definem a visão de mundo e as intenções de seus membros e contribuem na definição do conteúdo substantivo de suas decisões. A contribuição teórica dos elitistas clássicos, e a discussão no plano eminentemente metodológico suscitada pelos precursores dessa corrente tratam de importantes pressupostos teóricos e metodológicos adotados no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao elitismo à medida em que contribuem para a definição e identificação dos indivíduos que constituem as elites.

O grande erro do elitismo democrático seria seu preconceito em relação ao homem comum, que adota comportamentos irracionais no que tange à política por não lhe ser permitido participar diretamente das decisões que lhe afetam, uma vez que “o homem do povo não deixa de participar da política por ser indiferente, mas é indiferente porque não lhe permitem participar”. Pela participação o homem médio poderia melhor se qualificar como cidadão e desenvolver habilidades políticas e psicológicas adequadas ao convívio democrático, se tornando importante à manutenção, fortalecimento e expansão da democracia, dividindo com as elites a responsabilidade pela conservação do sistema (Perissinotto, 2009, p. 161).

Os autores clássicos do elitismo possuem uma visão negativa sobre as massas, de que a democracia é inviabilizada tanto por necessidades técnico-organizacionais quanto pela incapacidade das massas frente ao exercício de funções rotineiras, uma impotência orgânica provada pela desorientação das massas quando abandonadas por seus chefes, revelando não possuir qualquer instinto de organização. No entanto, enquanto Mosca estudou as minorias e afirmou que a condição minoritária possibilitaria a organização de um grupo e o domínio da maioria, Pareto teve como grande preocupação teórica a busca pelo entendimento sobre como o equilíbrio de uma sociedade se manteria ao longo do

tempo de forma a promover sua reprodução e Michels desenvolveu a teoria de que a organização de um grupo seria responsável pelo surgimento de uma oligarquia que se apossaria do poder dentro dessa organização.

Observando as teorias elitistas de Pareto e Michels é possível identificar que ambos os autores, diferentemente de Mosca, tratavam da circulação de elites no poder, afirmando que estas se substituíam nos postos de mando, num eterno processo de sucessão.

Ainda em se tratando de Michels, Carnoy (1988) tratou o autor como um pluralista pessimista, que considerava a soberania das massas como questionável, uma vez que nessa perspectiva as elites não apenas controlavam o processo de tomada de decisões como também não respondiam efetivamente ao eleitorado.

Diferentemente dos autores clássicos do elitismo, Wright Mills não utilizava a caracterização negativa das massas para criticar a democracia, mas para um diagnóstico crítico da sociedade americana. Para o autor, seria preciso mais e não menos democracia para melhorar a sociedade. Entretanto, para Wright Mills, assim como para os autores clássicos do elitismo, a massa caracterizava-se por alguns traços psicológicos: a incapacidade de pensar criticamente e de agir racionalmente e por sua sugestibilidade, isto é, pela possibilidade de ser manipulada, enganada e estimulada a cometer ações impulsivas e não-rationais. Tais traços seriam decorrentes do processo de expropriação e centralização do direito de formulação e emissão de opiniões vigentes no cenário social e político norte-americano no século XX.

A elite do poder recebeu críticas, muitas delas ideológicas e outras metodológicas, dentre as quais se destaca Dahl, que apontou como maior problema da referida obra o fato de não ter produzido uma prova definitiva acerca da existência da referida elite do poder, ou seja, de um grupo coeso, unido e capaz de monopolizar o processo de tomada de decisões políticas.

Segundo Perissinotto (2009), o primeiro passo de uma pesquisa que tem como hipótese a dominação de um grupo por outro é identificar os objetivos do suposto grupo dominante, sendo que um grupo só pode deter mais poder que outro quando eles se confrontam por um objetivo. No caso de uma elite do poder, sua existência implica inferir que suas preferências prevaleçam em relação a todos

os objetivos políticos fundamentais em torno dos quais haja conflitos entre a elite e os demais grupos, mas Wright Mills não conseguiu provar que um determinado grupo, pelo controle de determinados recursos institucionais, poderia sozinho tomar todas as decisões importantes.

A forma como Wright Mills identificava as elites como indivíduos ocupantes de postos de comando estratégicos na estrutura social apresentava-se como método de simples aplicação por sua característica posicional, uma vez que implicava na identificação daqueles que ocupavam posições de mando nas principais instituições da sociedade como sua elite. Entretanto, o autor não considerou em *A elite do poder* o fato de que o poder pode, também, surgir a partir de outros locais que não os postos de mando, uma deficiência de sua teoria.

Ao mesmo tempo em que Wright Mills tratava da coesão da elite no poder, com atuação nas esferas econômica, política e militar, imbuída por valores sociais e interesses semelhantes, o autor apresentava também uma preocupação em consolidar o método posicional que utilizara para definir as “elites do poder”: o sistema político americano era dominado por uma elite que controlava as principais instituições da sociedade por meio do método posicional, ao passo que para Dahl, o poder de um grupo seria sua capacidade de impor decisões a outros grupos, comprovada pela análise de uma série de processos decisórios complexos através do método decisional.

Independentemente dos méritos e eventuais problemas metodológicos apresentados em *A elite do poder*, a contribuição de Charles Wright Mills aos estudos sobre elites iniciados por Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels é inegável, quer seja pela utilização de um método específico para identificação e classificação das elites na sociedade norte-americana do século XX, o método posicional, ou pela discussão iniciada pelo autor e posteriormente combatida por Robert A. Dahl em *Who governs?*, em que discorreu-se sobre o método decisional para definição das elites, uma obra que assim como *A elite do poder* contribuiu para a consolidação do campo de pesquisa da teoria das elites no âmbito acadêmico no século XX.

5. Considerações finais; apontamentos acerca da relevância do elitismo aos estudos contemporâneos sobre cultura política e democracia

A cultura política encontra-se relacionada à transmissão de valores políticos e à legitimação das instituições políticas, de modo que, apesar do discurso de fortalecimento e consolidação de uma cultura política democrática e de caráter participativo, a cultura política, de fato, ainda contempla ações de cunho individualista e relações de mando e subserviência.

Os principais enfoques da teoria da cultura política no cenário atual se compõem de temas definidos na obra *The Civic Culture* e por sua problemática quanto à possibilidade de mudanças na cultura política. Conforme Rennó (1998, p. 71), “vários autores contemporâneos dedicam-se ao estudo de cultura política. O tema geral dessas pesquisas é a importância de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos na explicação do comportamento político”. Nesse sentido, Diamond (1994) reconhece que a cultura política não é uma condição necessária ao estabelecimento de uma democracia, mas defende que o início de qualquer regime desta natureza passa necessariamente por uma mudança nos valores, crenças e estratégias das elites envolvidas na mudança.

O debate político e acadêmico contemporâneo está centrado nas diferenças entre as tradições do desenho institucional e da cultura política como melhor forma de explicação para o desempenho da democracia. A crítica sociológica às abordagens sobre a tradição das novas democracias aponta a ênfase excessiva conferida às regras do jogo que balizam a interação estratégica entre elites políticas em detrimento de concepções que privilegiam normas, valores e crenças compartilhadas pela sociedade, de modo que a literatura constata que pesquisas empíricas sobre a democratização têm adotado uma concepção minimalista da democracia, uma saliência do desenho institucional e do comportamento estratégico das elites em consequência do momento de derrocada da autocracia e emergência da democracia no período de “primeira transição”, caracterizado pela recriação das instituições poliarquicas centradas no desenho institucional do regime recém-criado (Lima; Cheibub, 1996).

Diante deste contexto, se torna natural a tendência à concepção minimalista de democracia. Entretanto, as experiências de transições contemporâneas têm tratado a cultura cívica como resultado do tipo de democracia implantada, diferente do postulado de Almond e Verba (1989), que trataram da cultura política enquanto pré-condição ou variável independente da democracia. Desta forma, os estudos recentes que tratam da transição democrática não afirmam mais que fatores culturais são determinantes à democracia, mas ainda consideram-nos como relevantes à consolidação democrática.

Na conclusão de sua pesquisa acerca das dimensões da democracia na visão da elite brasileira, Lima e Cheibub (1996) afirmam que se o aprofundamento da democracia é resultado do efeito combinado de instituições e valores, o ritmo de transformação dessas duas dimensões não é necessariamente coincidente, uma vez que a modernização das instituições políticas convive com dimensões não-democráticas da cultura política. Desta forma, o primeiro passo no sentido da democratização seria a existência de uma mudança nos valores e concepções das elites quanto ao sistema político, ao que deveria se seguir uma ampliação de tal postura cultural para os demais setores da sociedade. Para tanto, no momento de expansão dos valores democráticos às massas seria de fundamental importância a aceitação de tais valores e da mudança em si pelas massas para que possa ocorrer, de fato, a consolidação do regime democrático (Diamond, 1994).

Assim, a concepção clássica elitista de que tradição das elites e apatia e deferência das massas enquanto características que fundamentam a salvaguarda da democracia persiste nos estudos de cultura política atuais, uma vez que a cultura política afeta os processos de democratização por meio da alteração de crenças e valores e das percepções das elites e das massas, alterando, conseqüentemente, crenças e valores democráticos.

No entanto, concordo com Diamond (1994), que, em capítulo no qual discutiu as causas e efeitos da cultura política em alguns países, apesar de corroborar com o argumento de que os valores políticos das elites são importantes à democracia, não descartou a importância relativa da cultura política das massas. O autor afirmou que as crenças de tal grupo podem exercer um grau considerável de influência e pressão sobre ações das elites em determinadas situações em que a

sociedade se mostre vigorosa e ao lado de um sistema partidário articulado, capaz de subsidiar arenas em que os indivíduos possam praticar a democracia, interiorizar os seus valores e limites e, desta forma, manter as elites responsáveis por conta do controle e avaliação a que estariam submetidas. Além disso, ainda segundo o autor, a cultura política das massas é relevante pelo fato de a composição da elite política não permanecer estável ao longo do tempo⁹.

Referências

- ALMEIDA, B. G. M. de, BRAUNERT, M. B (2007). “Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite político-administrativa paranaense”. Em: PERISSINOTTO, R. *et al.* (Orgs.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- ALMOND, G (1989). “The intellectual history of the civic culture concept”. In: ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture revisited*. London: Sage.
- ALMOND, G. A., VERBA, S (1989). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage.
- ARON, R (1985). *Estudos políticos*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- CARNOY, M (1988). *Estado e teoria política*. 2. ed. Campinas: Papyrus,
- CASTIGLIONE, D.; WARREN, M (2006). *Rethinking democratic representation: eight theoretical issues*. In: *Rethinking Democratic Representation*. Center for the Study of Democratic Institutions, University of British Columbia.
- DAHL, R. A (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- DIAMOND, L (1994). “Causes and effects”. Em: DIAMOND, L. (Org.). *Political culture and democracy in developing countries*. London: Lynne Rienner.
- EASTON, D (1975). “A re-assessment of the concept of political support”. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, pp. 435-457.

⁹ Tal diálogo, em meu entendimento, passa por uma discussão mais ampla, a qual é permeada pelo debate contemporâneo sobre as relações entre participação, representação e *accountability*, temáticas sobre as quais não me detenho neste artigo por conta do objetivo proposto. Dentre as pesquisas atuais cujas contribuições considero mais relevantes destaco Przeworski, Stokes e Manin (1999), Miguel (2005; 2011), Manin, Przeworski e Stokes (2006), Castiglione e Warren (2006), Urbinati (2006), Urbinati e Warren (2008), Gurza Lavalle e Isunza Vera (2011) e Lüchmann (2011).

GRYNSZPAN, M (1996). “A teoria das elites e sua genealogia consagrada”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 41. jan./jun. pp. 35-83.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E (2011). “A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*”. *Revista Lua Nova*, n. 84, pp. 95-139.

INGLEHART, R (1988). “The renaissance of political culture”. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, pp. 1203-1230.

LIMA, M. R. S. de, CHEIBUB, Z. B (1996). “Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, pp. 83-110.

LÜCHMANN, L (2011). “Associações, participação e representação: combinações e tensões”. *Revista Lua Nova*, n. 84, 2011. pp. 141-174.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S (2006). “Eleições e representação”. *Revista Lua Nova*, n. 67, p. 105-138.

MICHELIS, R (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília.

MIGUEL, L. F (2011). “Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy”. *Revista Lua Nova*, n. 84, pp. 25-63.

MIGUEL, L. F (2005) “Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política”. *Revista de Sociologia Política*, n. 25, pp. 25-38.

MOSCA, G (1992). *La classe politica*. México: Fondo de Cultura Econômica.

PARETO, V (1984). *Pareto*. RODRIGUES, J. A. (Org.). São Paulo: Ática.

PERISSINOTTO, R (2009). *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: Ibpex.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; BRAGA, S.; FUKS, M. (2007). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S.; MANIN, B (1999). *Democracy, accountability, and representation*. Cambridge: Cambridge University.

PUTNAM, R. D (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV.

RENNÓ, L (1998). “Teoria da cultura política: vícios e virtudes”. *Revista Brasileira*

de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 45. jan./jun. pp. 71-92.

RIBEIRO, E. A (2011). *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

RIBEIRO, E. A., BOLOGNESI, B (2008). “As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas”. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, jan./jun. pp. 83-110.

ROKEACH, M (1968). *Beliefs, attitudes and values*. São Francisco: Jossey-Bass.

URBINATI, N (2006). “O que torna a representação democrática?” *Revista Lua Nova*, n. 67, pp. 191-228.

URBINATI, N.; WARREN, M (2008). “The concept of representation in contemporary democratic theory”. *Annual Reviews of Political Science*, n. 11, pp. 387-412.

WRIGHT MILLS, C (1982). “*A elite do poder*”. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.